NOTA DA ABEPSS, CFESS, CRESS-PR e ENESSO SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA TRABALHADORES E TRABALHADORAS DO ESTADO DO PARANÁ

O desmonte do Estado Democrático de Direito é figurado por diversas investidas articuladas, que operam no ataque aos direitos humanos e à democracia. Relações escusas entre o Poder Executivo, o Legislativo e o Judiciário, mercantilização da política social, privatizações, propostas de austeridade, cumuladas a intervenções violadoras, indicam o caminho adotado na busca da governabilidade, por um estado pouco protetivo da classe trabalhadora, e reforçam a ideia de criminalização dos movimentos sociais, entre eles o sindical.

No estado do Paraná, esse ataque foi sendo operado mais visivelmente desde o final de 2014, quando propostas de ajustamento fiscal em desfavor dos trabalhadores e trabalhadoras foram encaminhadas ao Legislativo, sem amplo debate com a sociedade. No início de 2015, novas propostas de austeridade chegaram à Assembleia Legislativa do Paraná e foram barradas pela organização de trabalhadores e trabalhadoras do serviço público estadual. A luta foi protagonizada pelo conjunto de trabalhadores e trabalhadoras da educação estadual, que requeria o debate das propostas antes da apresentação para aprovação. No final de abril, nova proposta foi apresentada, desta vez especificamente sobre a previdência dos servidores e servidoras. Mais uma vez, não debatida com trabalhadores e trabalhadoras do serviço público estadual.

Há algumas décadas, a política social, especialmente saúde e educação brasileira em todos os seus níveis, vem sendo golpeada pelos interesses daqueles que, preocupados com a concentração da riqueza e a manutenção da exploração, identificam nestes setores uma mercadoria lucrativa e insuspeita. Com o apoio do Estado, a educação e a saúde, assim como outros bens que deveriam ser públicos, como a moradia, a terra, o acesso à informação, dentre outros, tornam-se objeto da mercantilização e da privatização. A política social, em seu âmbito a educação, de um modo geral, subordina-se às orientações do mercado, bem como seus trabalhadores e trabalhadoras.

O ataque aos direitos previdenciários e trabalhistas dos trabalhadores e trabalhadoras e a mercantilização das políticas sociais consistem em faces de uma mesma moeda, pois expressam as exigências de manutenção dos superlucros em tempos de crise. Os que detêm o poder econômico e político não podem perder um centavo sequer, a despeito de muitas pessoas que perdem seus direitos, sua liberdade, sua capacidade de se expressar, de lutar e de viver dignamente.

No último dia 29 de abril, esta contraditória e injusta ciranda veio à tona e se mostrou em manchetes de jornal e de televisão. Milhares de servidores e servidoras, incluindo-se assistentes sociais, professores e professoras - do nível superior ao básico, do sistema de ensino paranaense - foram covardemente agredidos/as, feridos/as, perseguidos/as em praça pública por aparato policial do governo do estado do Paraná. A imprensa noticiou que foram mais de 200 feridos/as, alguns em estado grave. Toda esta truculência sobre a classe trabalhadora se deu, porque esta lutava por seus direitos, enquanto a Assembleia Legislativa do Estado aprovava, sem dar importância aos acontecimentos do lado de fora, significativas alterações na previdência dos servidores e servidoras.

Diante desses fatos, a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), o Conselho Regional de Serviço Social do Paraná/11ª região (CRESS-PR) a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO) manifestam-se publicamente contra a repressão, violência e intransigência por parte do Governo do Estado, da Assembleia Legislativa e do Poder Judiciário do Estado do Paraná contra os servidores e servidoras nos acontecimentos do último dia 29 de abril, e se solidarizam à luta dos trabalhadores e trabalhadoras do estado, pela defesa do trabalho, das políticas públicas e da educação, bem como pelo livre direito de manifestação política.

Brasília, 6 de maio de 2015.

Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS)
Conselho Federal de Serviço Social (CFESS)
Conselho Regional de Serviço Social do Paraná/11ª região (CRESS-PR)
Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO)